



Revista Portuguesa de Educação

ISSN: 0871-9187

rpe@ie.uminho.pt

Universidade do Minho

Portugal

Silva, Daniela
Entrevista a Maria de Lourdes Dionísio (2003-2014)
Revista Portuguesa de Educação, vol. 31, 2018, pp. 116-123
Universidade do Minho
Portugal

DOI: <https://doi.org/10.21814/rpe.15082>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37458867008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UJEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos académica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Entrevista a Maria de Lourdes Dionísio (2003–2014)

Maria de Lourdes Dionísio foi a terceira diretora da *Revista Portuguesa de Educação*, de 2003 a 2014. É docente do Departamento de Estudos Integrados de Literacia, Didática e Supervisão do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Os principais interesses científicos centram-se nas áreas de ensino de português, leitura e literacias na educação de jovens e adultos, em contextos académicos e informais. Tem participado e coordenado projetos de investigação, nomeadamente, no âmbito da literacia: “*Changing Lives. Literacy in Adult Education*”, *ELINET* (*European Literacy Network*), e *Ble*Teach - Developing a Blended Learning Course in Content Area Literacy for Secondary Teachers*. Tem publicado regularmente em revistas e livros, e tem sido membro de inúmeros conselhos editoriais de revistas científicas, em contextos nacionais e internacionais.



Daniela Silva (DS): Boa tarde Lourdes. Antes de mais quero agradecer-lhe por partilhar connosco algumas das suas experiências enquanto diretora da Revista Portuguesa de Educação (RPE). Tenho algumas questões que lhe queria colocar. Em primeiro lugar, gostaria de saber como foi a sua experiência enquanto diretora da revista, e começaria por perguntar como surgiu o convite para ser diretora.

Maria de Lourdes Dionísio (MLD): A experiência na revista, nas questões editoriais, começa um pouco antes, na qualidade de membro daquilo que na altura se chamava o conselho de redação, que era a designação típica das revistas. Portanto comecei aí, talvez em 2000... Houve uma renovação. Na altura o diretor era o Professor Rui Vieira de Castro, e houve uma renovação do conselho de redação; penso que foi uma mudança de série também, pois a revista adquiriu uma imagem muito bonita,

que já não é a atual. Nessa altura então participei, e foi aí que comecei a contactar com a questão das revisões. Em 2003, era diretora do CIEd (Centro de Investigação em Educação) a Professora Fátima Sequeira, e não sei exatamente porquê, houve alterações: ou ela foi reeleita para a direção do centro, porque não era uma nomeação, era um convite, digamos assim, feito pela direção do centro. Nessa altura então, não sei se tinha havido mudança na direção do centro, não uma mudança de diretor, mas tinha havido eleições, e nessa altura, ela convidou-me para dar continuidade, uma vez que saía o Professor Rui Vieira de Castro (já não sei porquê). Havia essa ideia da revista ficar nas mãos de pessoas de letras, essa ideia de que se calhar eram pessoas de letras que saberiam lidar com a revista. Então assumi, nessa altura, em 2003. Foi um caso engraçado, porque fui eu e a Fátima Antunes, que eu escolhi para constituir a equipa, e que já era membro do conselho de redacção. Na verdade creio que só asseguramos o primeiro número de 2004 e não de 2003, porque o Professor Rui Vieira de Castro não fechava o número, e na altura não havia grandes pressões para o cumprimento de prazos, portanto o número de 2001 saía em 2002 ou 2003. Então, aquele de 2003 estava atrasadíssimo, e nós precisávamos de iniciar a nossa tarefa, e então fizemos um ultimato ao anterior diretor: ou ele fechava o número, que nós não nos importávamos de ajudar a fechar, ou então nós não aceitávamos a tarefa. Era muito mais local a questão da nomeação e do funcionamento, quase artesanal.

DS: Qual foi então a duração do mandato?

MLD: Foi até 2013, ainda que tenha assegurado o primeiro número de 2014, porque eu tomei posse como diretora do centro em 2013. Trazia uma proposta para a comissão diretiva do centro: a de arranjarmos a direção da revista de uma forma diferente da que tinha sido costume nos últimos 20 e tal anos da revista, que era por concurso, em que as pessoas submeteriam agora os seus projetos de edição. Portanto ainda assegurei os números que estavam a ser prontos, por isso ainda saiu o número 1 de 2014.

DS: Neste período de 2003 a 2013/2014, quais eram os temas predominantes? Havia alguma temática que prevalecia?

MLD: Não. Eu não consigo agrupar as temáticas, mas sei que nesses 10 anos de direção foi muito visível a mudança. No final do nosso mandato eram as questões da educação física que predominavam. Parecia que tinha acontecido alguma coisa no Brasil que estava a exigir às pessoas, ou eram as universidades com programas de educação física que começavam a ter essa exigência. Educação física e enfermagem, foram nitidamente para mim as grandes viragens daquelas temáticas mais tradicionais da revista que nós conhecíamos, aquela organização do conhecimento muito marcada, que correspondia quase aos nossos departamentos, que não colocava problemas nenhuns em arranjar pareceristas, foi quando começa a aparecer a educação física.

Lembro-me de passar noites a tentar arranjar pareceristas, especialmente para a enfermagem, porque nós não tínhamos essa tradição. Lembro-me bem que estas duas questões foram centrais. Depois, nas restantes, não era muito diferente dos anos anteriores da revista, nada ainda era híbrido, mas sentimos que, no nosso mandato, começou a questão do hibridismo e das áreas que se cruzavam.

DS: Disse há pouco que estas mudanças eram um pouco oriundas de investigadores brasileiros. Que tipo de investigadores é que apresentavam os artigos à revista? Havia algum perfil predominante?

MLD: Não sei. As questões editoriais, não entravam muito... tinha a identificação do centro, ou do departamento ou da universidade... penso que vinham muitos estudantes de doutoramento com os seus orientadores... mas havia alguns professores, investigadores seniores titulares que submetiam os seus artigos, muitos individualmente, mas também é claro que a questão dos textos que começam a aparecer em grandes grupos também se nos começa a colocar por meados do mandato. Há um caso que me lembro de ter 10 autores e a revista em papel não tinha forma de colocar aqueles autores na folha de rosto do artigo, e fizemos uma organização juntando pessoas que vinham de várias instituições e o autor principal não quis, porque não correspondia à forma... então tivemos que pensar como conseguir encaixar toda aquela turma, porque era um grupo de doutoramento que tinha feito aquele estudo. Então colocaram-se questões muito grandes à revista que passou do autor simples que era tão fácil de pôr, para um grupo grande.

Começaram então a sentir-se grandes mudanças, por volta de 2005, quando começam também a aconselhar-nos que a revista estivesse em bases de dados. A Redalyc aí tem uma importância muito grande, porque acabou por assumir as rédeas do que era a Latindex e com os critérios de avaliação que a Redalyc tinha, começaram a colocar-se várias questões. Depois ainda vivemos aqueles primeiros anos de algum sossego com os professores titulares que reconheciam a revista já como sendo de renome e enviavam os seus artigos para publicação. Tivemos ainda alguns núcleos temáticos, para conseguirmos ter algum tema.

Tínhamos sempre uma preocupação que era a ordem de aparecimento dos textos, que tinha uma lógica específica. O texto sobre ciências da educação em geral, que aparecia sempre à cabeça e determinava a ordem da revista; apareciam primeiro as grandes questões transversais à educação, e iam afunilando para temáticas específicas. Conseguíamos muitas vezes agrupar artigos à volta do mesmo assunto, mas nunca conseguimos centrar cada número numa temática específica, o que caracteriza a revista como plural em termos de temáticas.

DS: Uma vez que a revista, durante essa década, teve uma procura muito grande por parte de autores brasileiros, como divulgavam a revista?

MLD: Em 2006, eu fui fazer a minha sabática para o Brasil, e nessa altura, fui convidada para participar na ANPED, que era uma conferência de investigação, e institui como uma tarefa minha da sabática entrar em contacto com outras revistas, aproveitando a presença de muita gente na ANPED. Foi assim, de facto, que estabeleci um protocolo com a revista Educação que era da UFMG, que era onde eu estava a fazer o período de sabática. Fui divulgando e trocando impressões assim. Chegamos a fazer na ANPED uma pequena reunião com editores de revistas. Essa foi uma forma também de divulgação. Ainda que, quase desnecessárias, porque eles já conheciam obviamente a revista.

Tinha estado entre nós, ainda durante a vigência do Rui Vieira de Castro e do Almerindo Afonso, uma colega brasileira que fazia parte da avaliação da CAPES das revistas, que nos disse que nós não tínhamos a classificação mais alta (A) por uma razão específica. Nessa reunião da ANPED, acabei por discutir com outra colega, que era na altura a responsável pela avaliação das revistas, e, preenchendo uns formulários, acabamos por conseguir a classificação A para a revista. Isto para dizer que quase não havia necessidade de divulgação, porque era muito divulgada. Conheci também um dos autores que tinha já publicado um texto na revista, e perguntei-lhe como tinha tido conhecimento da revista; ele respondeu-me que, ao fazer doutoramento em Campinas, tinha tido contacto com exemplares da revista, e decidiu publicar.

Portanto, a divulgação no Brasil não era precisa, e em Portugal também não, mas às vezes fazíamos lançamentos com sessões de divulgação da revista, que é uma ideia que hoje em dia quase não faz sentido, ou então, aproveitando congressos que tinham lugar aqui, pedíamos aos colegas organizadores do congresso para ir lá fazer a apresentação da revista. Mas nós até queríamos que ela no Brasil não fosse tão divulgada porque éramos efetivamente assoberbados com artigos.

DS: Como a revista está a fazer os 30 anos de publicação do primeiro número, queria que me fizesse um balanço da evolução da revista em torno da disseminação do conhecimento na área das Ciências de Educação.

MLD: Eu tenho alguns sentimentos um pouco ambíguos relativamente a revistas académicas no geral, não só relativamente à Revista Portuguesa de Educação. Eu lembro-me muito bem do primeiro número que lancei e do que disse, porque achava que estávamos a viver uma mudança de paradigma da edição académica, porque publicar um texto numa revista era o fim de um trabalho. A revista acabava por ser mais um objeto de coleção do que um objeto de trabalho. Lembro-me de ter dito que as coisas estavam a mudar e que não era para ficar fechado o artigo na revista, mas que aquilo era uma plataforma de saída, e o que era importante era o percurso do texto para os leitores. Daí que tivemos sempre uma preocupação em dar a revista a ler aos alunos dos mestrados, por exemplo.

Hoje em dia, às vezes penso que isso agora foi levado a um extremo, que é: a revista como objeto já não interessa, os novos suportes colocam questões de formato, se vale

a pena ter o logo antigo...? O que interessa é o texto. Esta fragmentação das revistas em artigos, naturalmente, descarateriza muito as revistas. Por isso é que às vezes tenho sentimentos ambíguos... para que servem hoje as revistas? É um percurso cada vez mais individual. Nós já tínhamos problemas porque a nossa revista era eclética e achávamos que esse ecletismo também não levava a que as pessoas comprassem mais (naquela altura vendia-se), porque não estavam interessadas naqueles textos todos, mas só em artigos específicos, e tínhamos que comprar o número todo. Acho que este novo suporte anula totalmente o conceito de revista. Esta evolução descaraterizou um pouco o objeto de revista académica que passou a ter outras funções e foi mudando. Acho que temos ganhos e temos perdas. Temos ganhos porque a revista passa a ser o lugar do currículo de alguém que precisa de ter ali o texto, de ter impacto e citações, e aí com o acesso aberto e com esta disseminação do conhecimento, ela atinge regiões muito mais afastadas. No outro lado perde, e perde no objeto, dá-se a descaraterização. Isto foi tudo mudando, não só pelas exigências da edição online, mas também por questões de financiamentos que começam a escassear.

DS: A revista está agora em formato digital online. Como prevê o futuro da revista?

MLD: Eu não prevejo nada! (risos) Desde que ela passou para o online, já antes de mudarmos de direção, eu acho que ela deixou de fazer sentido feita assim, aqui no CIED. É uma tarefa voluntária, académica, que não tem qualquer impacto na avaliação do programa doutoral ou do Centro de Investigação. Nunca as avaliações do Centro consideraram alguma vez a existência de uma revista. Portanto, a nossa demanda de a revista ser cada vez de mais qualidade é apenas porque achávamos que uma revista devia ser de boa qualidade e devia estar entre as revistas internacionais de educação, mas não tínhamos nenhuma obrigação quanto a isso. O alargamento do conselho editorial não tinha nada que ver com as avaliações. Enquanto que no Brasil é obrigatória a manutenção de uma revista para as avaliações dos programas doutorais, aqui não é. Acho que, ao ponto que chegamos, estamos a fazer um sacrifício apenas em nome da ciência.

A revista tem que ter um rumo. Eu sempre me preocupei muito com a leitura da revista, e acho que, enquanto produto de um Centro de Investigação, está perdida na estratosfera online. Neste momento consumimos artigos, não revistas. Penso que era importante, eventualmente, a universidade ter uma editora universitária, o que é mais simbólico. Nenhuma revista é feita como a nossa é, porque, apesar de todas as evoluções, ela continua a ser uma revista artesanal, feita aqui num gabinete sem ajuda especializada. A revista foi criada com a intenção de estruturar o campo, e pode-se dizer que ele está estruturado. Tivemos muitas vezes conflitos relativamente ao escopo, por não reconhecermos e não aceitarmos o texto como sendo de educação. Hoje, podemos mandar os nossos textos para tudo o que é revista, algumas muito vastas que acolhem textos de variadas temáticas, e não vejo porque a revista não há-de aceitar textos de outras temáticas.

Temo que nesta conjuntura, sem dinheiro, a revista possa estar condenada. Neste sentido, a passagem para uma editora da universidade poderia resolver vários problemas a nível do corpo de funcionários, por exemplo, e a revista passaria a ter um significado mais simbólico de identidade da universidade, mais do que a “revista de artigo”.

Aquilo que às vezes também sinto é que existe uma fragmentação temática, porque é uma diversidade muito grande de temáticas. Aquilo que já sentíamos em 2003 e que estávamos sempre a tentar justificar, a “heterogeneidade do campo”, e que argumentávamos como uma mais-valia, acho que agora está elevada ao expoente máximo e ainda é mais heterogénea. A este ritmo de exigência de mais textos por número e mais números por ano, não temos estrutura para tal, acho que é necessária uma estrutura profissional. Poderia também haver a profissionalização total, mas como não temos recursos suficientes para tal, teria que ser numa instância superior.

DS: Relativamente ao seu mandato, há alguma situação que gostaria de partilhar connosco?

MLD: Não me lembro de situações muito caricatas... Quando fiz a minha sabática no Brasil, e me dediquei à divulgação da revista, porque uma das coisas que precisávamos muito na revista, e que era alargar o nosso campo de pareceristas ad-hoc, porque tínhamos um corpo pequenino, havia limitações e não conseguíamos multiplicar o conselho científico. Uma das coisas que fazia muito frequentemente era apresentar-me a autores que já tinham publicado na revista para os ficar a conhecer.

Na altura, fazíamos lançamentos aproveitando os congressos, e num dos congressos, lembro-me que a fala final era do António Nóvoa, que era parecerista da revista e sempre respondeu aos pedidos de avaliação. Então, coincidiu ele estar a fazer a conferência final e nós tínhamos que anunciar um número. O António Nóvoa agarra na revista, abre-a e diz “Houveram?”. E eu não sabia onde me havia de meter. Nós revíamos tanto os textos, e mesmo assim, aquilo passou. E calhou de ele ter aberto a revista logo naquela página! (risos). Para mim foi dos piores momentos da revista: o erro ortográfico que o Nóvoa descobriu assim que abriu a revista!

A descoberta dos plágios foi uma grande aprendizagem da minha parte; casos em que eu lia um texto e sabia que já o tinha lido noutro lado, casos em que um autor já tinha publicado a mesma coisa ou quase a mesma coisa noutros sítios e com outras pessoas. Entramos em várias discussões acerca disto, e alguns foram casos engraçados.

Lembro-me de um momento triste, no sentido em que foi quando eu comecei a descrever em algumas coisas. Foi quando o painel de avaliação do Centro veio cá, em 2006. A direção do Centro pediu para ir apresentar a revista, e eu fui. Apeteceu-me ir embora a meio, porque nitidamente não interessava nada. Aquela ideia de que, na verdade, para eles a revista não é da universidade. Nós demos conta dos pareceres, do número de entradas e saídas, número de recusas e aceitações, a mostrar que não eram

coisas da casa (que era uma das questões que se colocava sempre à revista). Lembro-me de estar a explicar isto aos senhores avaliadores do Centro e eles não tinham o mínimo interesse no que eu estava a dizer, porque não tinha nada que ver com a investigação do Centro.

Um dia destes tive uma conversa com o nosso reitor [Professor António Cunha], em que ele me perguntou, muito surpreendido, se a revista não contava para nada; disse-lhe que não, não existem processos de avaliação no Centro que englobem a revista. Até certo ponto eu entendo, porque o que está a ser avaliado é a nossa investigação, o nosso mérito individual. Talvez a avaliação institucional pudesse trazer isso, contando com o contributo da revista para o Centro.

Os diretores da revista anteriores a mim sempre tiveram um sonho que era fazer uma reunião internacional de editores de revistas. Durante o meu período tínhamos demasiadas pressões e mudanças para fazer com que tal pudesse acontecer, mas no período da Maria Alfredo, há uns anos, houve uma reunião dessas em Lisboa organizada pela Universidade Lusófona. Juntaram uma grande quantidade de pessoas, aproveitando um congresso, e a Revista Portuguesa de Educação foi convidada. Acabamos por não ir, pedindo ao Professor José Pacheco que ia lá estar para assistir. Foi produzido um documento que englobava as grandes questões que se colocavam hoje às revistas científicas. As grandes questões relativas ao *open access*, ao financiamento, apontavam então para empresas e grandes editoras. Havia ainda a questão mais local da língua que é desvalorizada. Daí surgiu a sugestão que se juntassem as revistas, que foi uma coisa que eu nunca consegui conceber. Juntar-se-iam para partilhar recursos humanos? Mas então depois para que existiriam revistas distintas? As grandes questões acabam sempre por se prender com os financiamentos: os artigos devem ou não ser pagos? Os autores devem ou não pagar?

Houve ainda uma situação em que pedi um parecer ao Gustavo Fischman, por volta de 2004, e ele responde-me: “Olhe, sabia que há uma aplicação muito boa para estas coisas, que funciona automaticamente?” E eu não fazia ideia! Ninguém sabia em Portugal que aquilo existia! Era um projeto que era o Public Knowledge Project (PKP) e que tinha uma aplicação para edição de revistas. Estive toda a noite a aprender a funcionar com aquilo e concluí que era português do Brasil. Quando voltei a estar com o Gustavo disse-lhe que nunca chegámos a adotar aquilo porque era em português do Brasil, essa foi a minha desculpa (risos). E depois descobri que já havia gente a traduzir aquilo, nomeadamente a Maria João Gomes e o Luís Valente, por causa de uma revista que eles tinham.

DS: Para terminar, gostava de partilhar mais alguma situação?

MLD: Descobri há uns tempos uma área de trabalho muito engraçada, porque me pediram para dar um parecer. De uma investigadora no Brasil, Lucília Salgado, que se chama ritos genéticos editoriais e eu comecei a interessar-me por esta área. Por alguma razão, sempre tive uma costela de bibliotecária e de editora e por isso estas coisas continuam a interessar. Tenho acompanhado a investigação da área que trabalha precisamente as grandes questões que se colocam hoje às revistas, do ponto de vista da análise do discurso, até que ponto é que o texto já não é do autor, mas sim do conjunto, autor, revisor, editor. Até há uns

tempos atrás, estas questões gráficas e técnicas das revistas colocavam questões ao texto. Questões no online, que também vai descaraterizar a revista em muitos pontos de vista, não só no volume e no número, mas também graficamente. Começamos a questionar se vale a pena gastar dinheiro com determinadas coisas como carimbos, e se são importantes.

DS: Em nome de toda a equipa atual da Revista Portuguesa de Educação, agradeço este momento de partilha que sem dúvida será muito importante para a construção da história dos 30 anos da revista.